

O soft também para a dívida

Se a viagem que o presidente Fernando Collor de Mello realiza aos Estados Unidos produzir resultados imediatos, um deles certamente será na negociação da dívida externa. Os encontros que vem mantendo em Washington representam, para o presidente brasileiro, uma rara oportunidade política para colocar a negociação numa nova rota, que conduza uma solução aceitável por todos.

“Há uma vontade muito grande do Brasil de, rapidamente, se reencontrar com a comunidade internacional, de regularizar suas contas com os bancos credores”, declarou o presidente na véspera de seu embarque para Washington. Essa vontade, se real, ele está podendo expor pessoalmente tanto ao presidente George Bush como ao secretário do Tesouro dos EUA, Nicholas Brady, ao diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, e ao presidente do Banco Mundial, Barber Conable. Nenhum de seus interlocutores, é certo, tem participação direta nas negociações entre o Brasil e os credores particulares, mas inegavelmente suas opiniões influenciam os rumos dessas negociações.

Há, de fato, muitas indicações de que, finalmente, o governo brasileiro está disposto a negociar. Com a posse de Marcílio Marques Moreira no Ministério da Economia, mudou sensivelmente a atitude do governo diante dos credores.

Aqui, também, funciona o novo estilo **soft**.

Por compreensíveis razões de política interna, o ministro Marques Moreira ainda condiciona a negociação a um certo conceito de “capacidade de pagamento”, que, na sua forma original — definida pela equipe da ex-ministra Zélia Cardoso de Mello como sendo resultante do superávit fiscal e não mais do superávit da balança comercial —, tem ardorosos defensores nos meios político e acadêmico. Imediatamente rejeitado pelos credores, esse conceito nem chegou a ser discutido na mesa de negociações. Sem negá-lo explicitamente, o ministro tornou-o na prática letra morta quando disse que o conceito é “flexível” e “dinâmico”, pois a capacidade, como admitiu, depende tam-

bém do ingresso no País de investimentos novos, de novos empréstimos.

Em outras palavras, ele depende também do balanço de pagamentos, que contabiliza os fluxos de recursos entre o Brasil e outros países, inclusive os resultados do comércio exterior. Depende, pois, do nível das reservas internacionais, que, como o ministro da Economia tem ressaltado nos últimos dias, voltou a ser perfeitamente confortável e não representa pressão adicional para a negociação da dívida.

É com essa nova postura que, como o ministro disse pouco antes de viajar, “vamos pedir compreensão e ajuda dos EUA”. Essa ajuda nem sequer era cogitada pela equipe anterior, que em diversas oportunidades declarou que a redução da dívida contráida junto a instituições oficiais, de acordo com o plano anunciado há pouco mais de dois anos pelo secretário do Tesouro Nicholas Brady, não interessava ao Brasil. O ministro Marcílio Marques Moreira, ao contrário de sua antecessora, diz que o Brasil quer obter a redução da dívida e dos juros, de forma a reduzir, pelos menos nos três ou cinco primeiros anos, os pagamentos ao Exterior.

Foi uma negociação em termos parecidos com esses que o México concluiu com êxito no início do ano passado. O caso mexicano, aliás, tem sido citado com frequência pelo ministro como modelo que pode ser seguido por outros países. O exemplo mexicano é útil até mesmo para explicar o “dinamismo” do conceito de capacidade de pagamento. “Se você analisar a situação do México de maneira estática, a capacidade seria muito menor. Mas como entraram US\$ 8,4 bilhões de investimentos, automaticamente a capacidade aumentou”, afirmou o ministro ao **Jornal da Tarde** (ver edição de sexta-feira passada).

Há ainda um longo caminho a ser percorrido até que o Brasil normalize suas relações com os credores. Ainda nem começaram as negociações com o FMI e com os credores oficiais reunidos no Clube de Paris. Mas a nova postura do governo certamente tornará a caminhada mais rápida.